

I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

Racismo e resistência na formação profissional do Serviço Social da UFES: A construção do Coletivo Winnie Mandela

Sessão temática 03 – Trabalho, Formação profissional e luta antirracista.

Rosimery Soares Loiola (FAPES)¹

rosimeryloiola@gmail.com

Emily Nascimento Almeida, (INCAPER)²

as.almeidaemily@gmail.com

RESUMO

O artigo trata-se de um relato de experiência a respeito da formação do Coletivo Winnie Mandela do curso de serviço social da UFES, em resposta às expressões do racismo estrutural na graduação. O presente evidenciou a importância da auto-organização como estratégia de enfrentamento e de valorização do debate étnico-racial para a formação profissional.

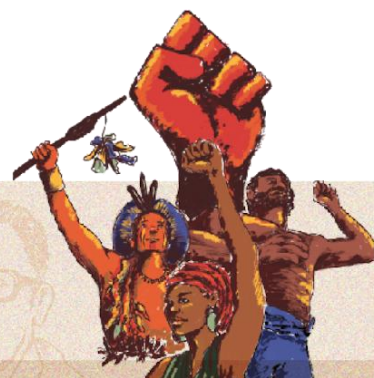
PALAVRAS-CHAVE: Racismo estrutural; Questão étnica-racial; Serviço Social; estudantes negros/as; Coletivo Winnie Mandela.

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA.

O presente artigo apresenta um relato de experiência sobre a importância da auto-organização de um grupo de estudantes negras e indígenas no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), entre os anos de 2015 e 2018, processo que culminou na formação do Coletivo Winnie Mandela, em 2017. A proposta deste trabalho é, também, promover uma reflexão crítica sobre a questão étnico-racial no curso, com ênfase na necessidade de incorporação do debate racial na formação acadêmica e profissional, bem como nas ferramentas de luta construídas pelas mulheres negras e indígena frente a esse desafio.

O presente trata-se de uma sistematização de experiência, importantes para a vida acadêmica e profissional das participantes e sobretudo das contribuições para a graduação. Para subsídio teórico do trabalho dialogamos principalmente com os seguintes autores: Clovis Moura (1988), em Sociologia do Negro brasileiro e Nilma Lino Gomes (2017), em Movimento Negro Educador.

RESULTADOS.



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

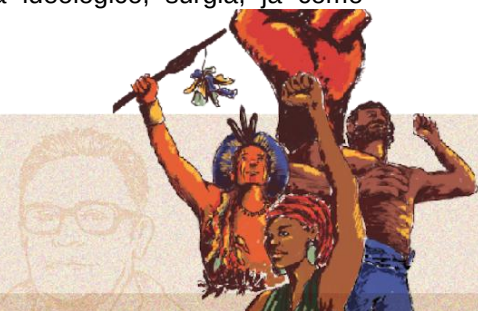
O coletivo Winnie Mandela é formado por um grupo de estudantes negras (os) do curso de Serviço Social da UFES, auto-organizado com o objetivo de debater, de forma autônoma, questões étnicas-raciais com ênfase no embasamento teórico de autores negros.

Historicamente, a abordagem da questão racial tem sido negligenciada nos currículos acadêmicos, como aponta a autora Nilma Lino Gomes no livro “Movimento Negro Educador” que ressalta a necessidade do movimento negro em tensionar a transformação dos currículos nas instituições de ensino no Brasil como mecanismo de luta pela implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08. Ela destaca que a ausência dessa temática não é um acaso e sim um mecanismo de decisão política para assegurar a manutenção do racismo institucional: “A ausência da temática racial nos currículos escolares e acadêmicos revela a persistência de uma estrutura racista na educação brasileira, que insiste em não reconhecer os saberes e histórias negras como legítimos.” (GOMES, 2017, p.139.)

Apesar de o curso de Serviço Social ter um histórico de alinhamentos com diversos movimentos sociais e de estar alicerçado nas lutas de combate às opressões, foi observado a necessidade de discutir com profundidade questões étnicas-raciais no curso, onde o racismo é entendido como uma das expressões da questão social, que é definida por Yamamoto como “o conjunto das manifestações das desigualdades presentes na sociedade capitalista madura” (2022. p.32).

Nesse sentido, é fundamental a compreensão de como o racismo, historicamente, contribuem para marginalização do povo negro e manutenção do status quo racial, visto que os negros e não brancos tiveram de enfrentar ao longo de suas vidas não apenas a pauperização material e econômica, como diversos mecanismos de imobilização social. É importante destacar que, mesmo dentro de vertentes progressistas, houve resistência em abordar a questão racial com a profundidade e o rigor teórico necessário, resultado, em parte, da influência do mito da democracia racial, “uma ideologia arquitetada para esconder uma realidade social altamente conflitante e discriminatória no nível de relações interétnicas” (MOURA, 1998, p. 35). Tal resistência se manifestou na centralidade quase exclusiva da categoria classe, o que contribuiu por secundarizar outras formas de opressão, como o racismo. Clóvis Moura (1988) ao discorrer sobre o mecanismo barragem étnica estrutural construído na formação sociedade brasileira, alerta sobre o racismo sofrido pelos negros e não brancos dentro do próprio movimento operário:

Em pesquisas parciais que realizamos, em jornais anarquistas² e em trabalho sistemático feito pelo professor Sidney Sérgio Fernandes Sólis, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, a imprensa anarquista que então circulava não refletia nenhuma simpatia ou desejo de união com os negros, mas, pelo contrário, chegava mesmo a estampar artigos nos quais era visível o preconceito racial. Como vemos, se, de um lado, os negros egressos das senzalas não eram incorporados a esse proletariado nascente, por automatismo, mas iriam compor a sua franja marginal, de outro, do ponto de vista ideológico, surgia, já como



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL

componente do comportamento da própria classe operária, os elementos ideológicos de barragem social apoiados no preconceito de cor. E esse racismo larvar passou a exercer um papel selecionador dentro do próprio proletariado. O negro e outras camadas não-brancas não foram, assim, incorporados a esse proletariado incipiente, mas foram compor a grande franja de marginalizados exigida pelo modelo do capitalismo dependente que substituiu o escravismo. (Moura, 1998, p.65)

Dessa forma, é necessário reconhecer que o curso de Serviço Social não esteve imune a esse cenário. Ainda que comprometido com a crítica social e com a defesa dos direitos humanos, historicamente, observou-se uma lacuna significativa na incorporação de referências teóricas oriundas de autores negros, que se dedicam ao estudo da questão racial. Essa ausência não apenas empobrece a formação crítica dos futuros assistentes sociais, como também reforça a marginalização epistêmica que atravessa as produções do pensamento negro no Brasil. Sentimos, quando estudantes, a falta de uma bibliografia que dialogue de forma mais direta com as experiências e análises produzidas por intelectuais negros, cujas contribuições são fundamentais para compreender as dinâmicas de exclusão racial que persistem na sociedade brasileira.

Nesse contexto, a partir da necessidade de resistir e permanência no curso do Serviço Social ocorreu a insurgência da fundação do Coletivo Winnie Mandela como uma resposta coletiva e autônoma das estudantes negras e negros ao racismo institucional presente na universidade e, especificamente, no Serviço Social. O coletivo surge a partir da construção de um grupo de mulheres negras que se reuniam para debater sobre as questões raciais e partir dos estudos desse grupo, surgiu a importância da formalização enquanto organização social e do nome ser Winnie Mandela¹.

O coletivo foi fundado em 2017 atuando como um instrumento fundamental de denúncia, enfrentamento e proposição, pautando a inclusão de bibliografias negras, a valorização de saberes tradicionais e o reconhecimento das especificidades étnico-raciais no processo de formação profissional. Um momento marcante de sua atuação foi a construção de um seminário com o tema: “Serviço Social e a questão étnico-racial”, que ocorreu nos dias 19 e 20 junho de 2017, com palestrantes de referências nacionais sobre o assunto, como a professora

1 Winnie Zanywe Madikizela-Mandela foi uma grande liderança política, assistente social e uma das principais ativistas no enfrentamento ao apartheid. Ela nasceu em um pequeno distrito da África do Sul, chamado Bizana. O pai era professor de ciências, e a mãe, professora de história. Winnie ficou mundialmente referenciada como a esposa do Nelson Mandela (político mais emblemático da luta anti-apartheid) e conhecida como a mãe de uma nação diante da sua coragem de lutar contra o apartheid. Ela enfrentou perseguições, assédios e humilhações nas mãos das autoridades da África do Sul. Sua primeira detenção foi em 1958, enquanto grávida de seu primeiro filho e sua primeira ordem de banimento ocorreu em 1962, quando foi obrigada a permanecer confinada em Soweto. Em 1967 foi presa por alguns dias e em 1969 novamente, sob a acusação de terrorismo. Ficou reclusa por dezoito meses em uma solitária. Em 1976 foi presa novamente, durante cinco meses, sendo banida do país em 1977 porque as autoridades não conseguiram provar que ela tivesse cometido “crime”. Algum tempo após a libertação de Nelson Mandela, ambos se separaram (1992). Winnie permaneceu na luta e fazendo história no enfrentamento pela liberdade de seu povo, atuou durante anos como assistente social e escreveu sua autobiografia “Parte de Minha Alma” (1988).



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

da área de Serviço Social, Dra. Roseli Rocha (IFF, Fiocruz - RJ) e da área da educação, o Dr. Sérgio Pereira dos Santos, na ocasião professor da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Além de assistentes sociais negras, referências no estado, como Neiriele Marques, Meyriele de Carvalho Silva, Heloisa Carvalho e Suellen Cruz. O evento, embora direcionado ao serviço social, contou com a participação de estudantes de outros cursos e militantes de movimentos sociais.

Outra frente importante de atuação do coletivo foi fomentar a ampliação das ações afirmativas com recorte racial, com destaque para sua incidência junto ao Programa de Educação Tutorial (PET) Serviço Social, contribuindo para que os processos seletivos internos adotassem medidas destinadas a ampliar as chances de ingresso de candidatos negros e indígenas, como a atribuição de pontuação adicional prevista nos editais de seleção do programa.

O Coletivo Winnie Mandela também esteve atuante junto ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES, questionando a ausência de ações afirmativas e pautando a importância da implementação dessa política, uma vez que outros programas de pós-graduação da universidade — como os de Artes, Ciências Sociais, Comunicação e Psicologia — já haviam aderido à reserva de vagas raciais em 2016, para ingresso no ano letivo de 2017 (G1, 2016), atendendo a Portaria Normativa nº 13, de 11 DE maio de 2016, do Ministério da Educação, que dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na pós-graduação (BRASIL, 2016). O Programa de Pós-Graduação em Política Social passou a implementar a reserva de vagas um ano depois, para os ingressantes nas turmas de 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Mesmo com a conclusão do curso por parte das estudantes que integraram a formação inicial, o Coletivo Winnie Mandela segue em atividade, com novos integrantes, e continua promovendo ações de formação acadêmica voltadas à questão étnico-racial. Destacamos, portanto a importância da formação de grupos auto-organizados enquanto espaço de resistência, formação e produção de conhecimento comprometido com a luta antirracista.

Espera-se que a mobilização em torno da pauta étnico-racial, apesar de em alguns momentos ao longo de sua história, inclusive anterior ao surgimento do Winnie Mandela e ao ingresso das estudantes que compuseram sua formação inicial no curso de Serviço Social da UFES², ter causado certo incômodo — reflexo das estruturas conservadoras ainda presentes no meio acadêmico — tem se revelado fundamental para tensionar práticas institucionais e provocar mudanças na abordagem da temática racial. O que é possível observar com o referenciamento

² É importante ressaltar que diversas estudantes negras e estudantes negros passaram anteriormente pelo curso de Serviço Social da UFES e protagonizaram pautas antirracistas fundamentais. Suas trajetórias foram essenciais para que outros estudantes negros e não brancos pudessem chegar e permanecer na universidade.



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

a Clóvis Moura na chamada deste seminário, indicando um amadurecimento teórico e um reconhecimento crescente da importância de vozes negras na produção de conhecimento.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016*. Dispõe sobre a indução de ações afirmativas na pós-graduação. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 90, p. 47, 12 maio 2016. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3192/portaria-normativa-mec-n-13>. Acesso em: 23 abr. 2025.

G1. ESPÍRITO SANTO. Programas de pós-graduação da Ufes adotam cotas raciais. G1, Vitória, 14 set. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/09/programas-de-pos-graduacao-da-ufes-adotam-cotas-raciais.html>. Acesso em: 23 abr. 2025

GOMES, Nilma Lino. *Movimento Negro Educador*. Editora Vozes. 2017.

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. Cortez Editora. 2022.

MANDELA, Winnie. *Parte de Minha Alma*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

Moura, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. 1988.

